

Projeto Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma: Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento no Estado do Amazonas, Brasil

RESUMO EXECUTIVO

I. Contexto Histórico

A Fundação Amazonas Sustentável - FAS é uma organização sem fins lucrativos, de interesse público, criada em dezembro de 2007 através de uma parceria com o Governo do Estado do Amazonas e o Banco do Bradesco. Tendo como objetivo a implementação de componentes da política de mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, a FAS é altamente comprometida com a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que vivem nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas.

A FAS é uma organização privada, independente de qualquer partido político ou governo. É governado por um distinto Comitê Consultivo e administrado por uma equipe de profissionais altamente qualificados. O presidente do Comitê Consultivo é o empresário Luis Fernando Furlan, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Professor Virgílio Viana, ex-secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, é o atual Diretor Geral da FAS.

Este projeto será implementado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado do Amazonas (SDS/AM) e assessoria técnica do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), sendo este último responsável pela coordenação técnica de elaboração da Metodologia de Linha de Base e Monitoramento, bem como do Documento de Concepção do Projeto.

Este projeto foi validado pelo padrão internacional CCBA (*Climate, Community and Biodiversity Alliance*) sob auditoria da empresa alemã Tüv-Süd, que fará também a validação do projeto sob o padrão VCS (*Voluntary Carbon Standard*).

II. Lógica do Projeto

A Amazônia brasileira está sob pressão. Estima-se que 17% de sua cobertura florestal original já foi perdida. De 2000 a 2007, mais de 150,000 Km² de florestas foram destruídos na região, o que representa 3.7% de toda a área da Amazônia Legal Brasileira (INPE, 2008).

Os modelos mais avançados de simulação do desmatamento indicam que nas próximas décadas, o Estado do Amazonas, terá um rápido aumento do desmatamento. O SimAmazonia I, modelo de simulação de desmatamento de Soares-Filho e outros co-autores (SOARES-FILHO *et al.*, 2006), considerado como um dos mais refinados para a região amazônica atualmente, indica uma forte tendência de destruição no futuro próximo, que poderá resultar em perdas de até 30% da cobertura florestal no Amazonas até o ano de 2050. Caso não haja medidas e estratégias concretas de prevenção à destruição, o desmatamento nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas deverá emitir cerca de 3,6 bilhões de toneladas de CO₂ para a atmosfera, contribuindo significativamente para o acréscimo do aquecimento global.

O Projeto Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento (“Projeto de RED da RDS do Juma”) tem como objetivo conter o desmatamento e a conseqüente emissão de gases de efeito estufa (GEE) em uma área do Estado do Amazonas que está sob grande pressão de uso da terra. Sua implementação faz parte de uma ampla estratégia planejada e iniciada em 2003 pelo atual Governo do Estado para conter o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável no Amazonas,

Partners



baseado na valoração dos serviços ambientais advindos da manutenção da floresta em pé (BRAGA & VIANA *et al.*, 2003; AMAZONAS, 2003).

De acordo com o modelo SimAmazonia I, a região do Município de Novo Aripuanã está localizada em uma área de alto risco de desmatamento. Levando em consideração o cenário “*Business as Usual*”, a pavimentação de grandes estradas (BR-319 and AM-174) resultará na perda de grandes áreas florestais até 2050. A previsão deste desmatamento foi fortemente levada em consideração pelo Governo do Estado do Amazonas ao implementar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma em 2006.

O objetivo da criação da Reserva foi proteger a floresta com alto valor de biodiversidade, buscando proteger espécies em alto risco de extinção e implementar melhorias na qualidade de vida das centenas de famílias de população tradicional que vivem dentro desta área.

A RDS do Juma foi criada em uma área de 589.612 hectares de floresta amazônica, localizada nas cercanias da Rodovia BR-319, em uma área de intensa pressão por desmatamento. A sua criação e implementação efetiva só foi possível com a perspectiva de efetivação de um mecanismo financeiro para geração de créditos de carbono oriundos da redução de emissões provenientes do desmatamento – RED, que vinha sendo planejado pelo Governo do Amazonas desde 2003. Os recursos a serem angariados permitirão ao Governo do Amazonas efetivar a implementação de todas as medidas necessárias para o controle e monitoramento do desmatamento dentro dos limites do projeto, além de reforçar o cumprimento das leis, melhorar as condições de vida das comunidades locais, promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e fomentar atividades de pesquisa e conservação da biodiversidade nos ecossistemas dentro e fora da Reserva.

O Projeto de RED da RDS do Juma é o primeiro projeto do gênero a ser implementado desde a criação e aprovação da Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC-AM) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC-AM). A legislação fornece todo o suporte legal necessário para implementar projetos de RED no Amazonas.

Estima-se que as atividades do projeto resultarão, até 2050, na contenção do desmatamento de cerca **366.151 hectares de floresta tropical**, que corresponderia a emissão de **210.885.604 milhões de toneladas de CO_{2e}** para a atmosfera, no cenário de linha de base esperado para a área onde foi criada a RDS do Juma. **O projeto terá duração até 2050, até quando espera-se gerar cerca de 189.767.027 toneladas de créditos de CO_{2e}**.(considerando apenas as áreas de creditação do projeto).

Além dos benefícios climáticos esperados com a redução de emissões de GEE do desmatamento, espera-se gerar diversos benefícios sociais e ambientais na área do projeto, através da aplicação dos recursos nos seguintes programas ou conjunto de atividades:

- **Fortalecimento da Fiscalização e Controle Ambiental**
- **Geração de Renda Através de Negócios Sustentáveis**
- **Desenvolvimento Comunitário, Pesquisa Científica e Educação**
- **Pagamento Direto por Serviços Ambientais – Programa Bolsa Floresta**

Uma parte dos recursos financeiros do projeto irá para pagamento direto por serviços ambientais para a população tradicional residente dentro da RDS do Juma através da implementação dos componentes do Programa Bolsa Floresta: i) Bolsa Floresta **Família**; ii) Bolsa Floresta **Social**; iii) Bolsa Floresta **Associação** e; iv)

Partners



Bolsa Floresta **Renda**. Estes programas são responsáveis por entregar benefícios diretos para a população local, que são parte de um grupo marginalizado e vulnerável, bem como são dependentes da floresta e seu ecossistema para garantir sua sobrevivência.

O projeto foi criado para assegurar aos investidores e doadores o comprometimento de execução e cumprimento das atividades de acordo com todas as obrigações legais e estruturas governamentais e regulatórias. Foi concebido com o princípio de garantir o envolvimento e o comprometimento dos atores locais através de um processo transparente que conta com oficinas participativas e consultas públicas.

III. Contatos

Fundação Amazonas Sustentável – FAS

Virgilio Viana

virgilio.viana@fas-amazonas.org

Gabriel Ribenboim

gabriel.ribenboim@fas-amazonas.org

+55 92 3648 4393

www.fas-amazonas.org

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM

Mariano Colini Cenamo

mariano@idesam.org.br

+55 92 3642 5698

www.idesam.org.br

Partners

